

Dispositivo da sexualidade: saber/poder sobre métodos contraceptivos no livro didático¹

Luciana Aparecida Siqueira Silva²

Elenita Pinheiro de Queiroz Silva³

Resumo: Pesquisas no campo da Educação, ancoradas no pensamento foucaultiano, elucidam que textos didáticos das ciências naturais abordam processos reprodutivos e sexuais alijados das experiências culturais e sociais. Foi realizado um exercício de análise do discurso acerca do 'dispositivo' da sexualidade, no que diz respeito à produção dos saberes no entorno do conteúdo intitulado "métodos contraceptivos" em livros didáticos (LD). Nas duas coleções analisadas, há evidente associação entre sexualidade e reprodução, não havendo problematizações acerca da distinção e aproximação entre estes conceitos. Identificou-se a responsabilização feminina, com reforço do papel da medicina no processo de escolha do método contraceptivo, e, em contrapartida, a responsabilidade do homem é apagada no discurso do LD. Desse modo, os "não ditos" reverberam a determinação de posições de sujeitos - homens e mulheres previamente estabelecidas. É fundamental que sejam implementadas ações na perspectiva de uma Educação para a Sexualidade como prática que visa desconstruir discursos únicos.

Palavras chave: métodos contraceptivos, Dispositivo da Sexualidade, Livro Didático

1 Pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa Gênero, corpo, sexualidade e educação – GEPECS vinculado à Linha de Pesquisa Educação em Ciências e Matemática do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

2 Doutoranda em Educação (PPGED/FACED/UFU). Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Goiano Campus Urutaí.

3 Professora Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – Universidade Federal de Uberlândia.

Introdução

Criado pelo Governo Federal em 1985, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD⁴) está relacionado à ideia da melhoria da qualidade da educação básica (EB⁵) e afirma que o livro didático constitui em um dos mais importantes suportes pedagógicos ao trabalho docente. É possível, portanto, considerar o livro didático como uma produção cultural, o que se justifica pelo fato de que “apresentam modos particulares de produção de significados e valores sociais e culturais, veiculam formas de organização da vida social, e são endereçados a um público leitor principal – estudantes e docentes das escolas da educação básica” (RIBEIRO et al., 2017, p. 79).

Dentre as temáticas exploradas pelo livro didático de biologia, destaca-se “corpo humano e sexualidade”, que está inserida entre os conteúdos obrigatórios a serem abordados ao longo da EB, como conteúdo formal de ciências, e já foi pressuposto como tema transversal⁶, sendo abordada, especificamente no caso do Ensino Médio, em capítulos referentes ao sistema reprodutor. Pesquisas brasileiras no campo da Educação, ancoradas no pensamento foucaultiano, a exemplo de Silva (2014), elucidam que os textos didáticos da área das ciências naturais abordam o corpo humano como conteúdo obrigatório e nele, “[...] dentre outros ensinamentos, hábitos de saúde, os processos reprodutivos e sexuais alijados das experiências culturais e sociais dos diferentes grupos e segmentos de indivíduos que povoam a escola” (SILVA, 2014, p. 28). Essa ideia legitima a associação da sexualidade exclusivamente “com a reprodução, levando à convicção de que a educação sexual inclui apenas conteúdos afetos à biologia e à fisiologia do aparelho reprodutor, e, é consequência da negação do sexo como fonte de prazer” (SILVA; SANTOS, 2011, p. 4). Por meio desse discurso para falar sobre sexualidade, a constituição biológica é legitimada como única possibilidade “[...] resumindo o tema aos sistemas genitais, universalizando os sujeitos

4 É um programa que tem como objetivo distribuir, gratuitamente, livros e materiais didáticos para todos/as os/as alunos/as, professoras e professores que atuam na educação básica da rede pública de ensino brasileiro.

5 A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio (BRASIL, 1996).

6 Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1998) “sugeriram Temas Transversais como campos disciplinares a serem perpassados em todas as séries, não como disciplinas, mas como assuntos necessários à formação de cidadãos e cidadãs” (FURLANI, 2008, p. 284).

como se eles compartilhassem os mesmos atributos biológicos independentemente de seus contextos históricos e culturais” (SILVA; RIBEIRO, 2011, p. 523).

Nessa perspectiva, buscamos desenvolver um exercício de análise do discurso (AD) acerca do ‘dispositivo’ da sexualidade, no que diz respeito à produção dos saberes no entorno do conteúdo escolar “métodos contraceptivos”. A AD de linha francesa tem o interesse de mostrar como os objetos simbólicos (texto, imagem) produzem sentido (ORLANDI, 2010), e, não se fecham em si próprios com relação à interpretação, ou seja, não são mensagens a serem decodificadas.

Agamben (2005) propõe que a palavra ‘dispositivo’ se constitua como um termo técnico decisivo no pensamento foucaultiano. Embora Foucault não tenha estabelecido uma definição para o termo, dá algumas pistas, ao considerar que o dispositivo “está sempre inscrito em um jogo de poder [...]”. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 1984, p. 246). No volume 1 da ‘História de Sexualidade - A vontade de saber’, o filósofo questionou a noção da sexualidade como dado da natureza, com verdades absolutas desveladas pelas ciências médicas e psicológicas. Formulou a noção de dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2017, p. 85), como mecanismo de regulação de corpos, comportamentos e produção de subjetividades, estabelecendo-se uma rede de saberes e poderes que se apropriam do corpo em sua materialidade viva. Ao longo de seu pensamento, procura mostrar como, ao longo dos séculos XIX e XX, no Ocidente, tal dispositivo atuou como elemento organizador e definidor de verdades nos sujeitos, produzindo efeitos de normalização e patologização relativa ao sexo. Em suas análises, destaca que corpos e práticas eróticas foram esquadrihados com vistas ao estabelecimento da fronteira entre o normal e o patológico, fundindo os discursos médico, jurídico, psicológico e governamental na produção do sujeito.

A patologização da sexualidade, atribuindo-a a instâncias médicas, jurídicas, governamentais e religiosas, servirá como pano de fundo à proposta de análise da temática “métodos contraceptivos” em livros didáticos brasileiros de biologia do Ensino Médio. Desse modo, nos ancoramos na seguinte questão investigativa: como os saberes relativos aos métodos contraceptivos presentes nos livros didáticos de biologia se entrelaçam às relações de poder/saber?

Desenvolvimento

A proposta de trabalho foi a de realizar um exercício de AD em torno do que é dito sobre métodos contraceptivos no livro didático (LD) de Biologia. A intenção foi a de explorar pontos em que fosse possível estabelecer relações com as teorizações de Michel Foucault. Desse modo, indagamos como o discurso sobre métodos contraceptivos no LD atua no estabelecimento de um modelo de conduta, ao qual indivíduos ajustam-se ao mundo não apenas natural, mas social e cultural, atravessado pelo currículo de Biologia. Nesse sentido, defendemos com o trabalho que “a escola é uma instituição social que ensina modos de ser e estar na sociedade, portanto, ensina sobre corpos, gêneros e sexualidades” (RIBEIRO et al., 2017, p. 78).

A pesquisa se desenha a partir da análise de duas entre dez coleções de livros didáticos de Biologia do ensino médio, aprovadas pelo PNLD de 2018. As coleções são: *Biologia Hoje* (LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016) e *Bio* (LOPES; ROSSO, 2016). Os métodos contraceptivos são abordados pela coleção *Biologia Hoje* no volume 1. Já a coleção *Bio*, explora o tema em seu volume 3, sendo que, em ambas as coleções, o assunto entra como parte do capítulo que versa sobre reprodução e desenvolvimento embrionário dos seres humanos.

No desenvolvimento da pesquisa, interessaram os discursos presentes em um tipo de livro nominado de didático que é constituído por redes discursivas de poder e verdades construídas socialmente, partindo-se do pressuposto que “[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 12).

Ao analisar as relações de poder disciplinar Foucault, em Vigiar e Punir, cita a escola como uma instituição de sequestro, como um local onde indivíduos têm seu espaço delimitado durante longos períodos, com o intuito de moldar, ou ainda, ‘docilizar corpos’ com o objetivo de manipular e disciplinar comportamentos. Desse modo, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula, e o recompõe” (FOUCAULT, 1987b, p.119). Docilizar corpos refere-se ao fato de que o indivíduo aceita o saber proposto a ele, sem qualquer forma de reflexão ou crítica, instaurando-se sobre ele um poder disciplinar. No que se refere a poder disciplinar, Foucault afirma que “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 1987b, p.119).

Pensando em como o LD pode exercer esse poder disciplinar com relação ao dispositivo da sexualidade, voltamos os olhares às representações imagéticas presentes nos LD analisados e para pesquisas anteriormente desenvolvidas, no que tange à reprodução humana. Nesse sentido, é possível perceber que “[...] invariavelmente nos deparamos com esquemas de ilustração dos sistemas genitais, masculino e feminino, seguidos da apresentação do ciclo menstrual, da fecundação, gravidez e parto” (SILVA, 2015, p. 6). Especificamente no que diz respeito aos métodos contraceptivos, o saber biomédico prevalece em ambas as obras, com a utilização de imagens e referências que remetem claramente a materiais utilizados por instituições de saúde. Aqui opera a biopolítica, por meio da qual “os mecanismos do poder dirigem-se ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada” (FOUCAULT, 2017, p.160). Nesse sentido, os incitamentos acerca dos cuidados preventivos da gravidez não planejada na adolescência nos livros didáticos podem ser identificados como mecanismos da biopolítica atuando, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1: Excertos dos LD analisados, tratando sobre gravidez na adolescência

*O nascimento de um filho é um momento muito especial e traz consigo uma série de responsabilidades para as quais o casal nem sempre está preparado. Essa falta de preparo é comum principalmente entre os adolescentes [...] Mas antes o casal deve consultar um **médico**, pois alguns contraceptivos podem trazer riscos à saúde (LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016, p. 172, grifo da autora).*

*Como fator importante no planejamento familiar, devemos conhecer os principais métodos anticoncepcionais. Algumas **religiões** impõem restrições a certos métodos e você deve procurar saber quais são, ouvir sua **família** e **médicos** para uma melhor orientação a esse respeito (LOPES; ROSSO, 2016, p. 19, grifo da autora).*

No campo dos estudos foucaultianos, destaca-se a técnica de confissão como peça integrante do dispositivo da sexualidade, produzindo saberes sobre o sexo. “A confissão estabelece uma relação de poder, em que aquele que confessa se expõe, produz um discurso sobre si, enquanto aquele que ouve interpreta o discurso, redime, condena, domina” (NAVARRO, 2018, p. 179). Ao considerar que não existe discurso neutro, destacam-se as palavras grifadas na figura 1: “religiões”, “família” e “médicos”, como instituições autorizadas a decidir como e quando será o momento mais adequado para a reprodução dos indivíduos. Dessa forma, tais corpos vão se adequando às normas sociais vigentes, sendo o currículo e as práticas escolares perpassados por um entendimento específico, normalizador quanto à sexualidade, sendo “consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão [...] afastar-se desse padrão significa buscar o desvio,

sair do centro” (LOURO, 2013, p. 45-46). A proibição das diversas formas de expressão da sexualidade de estudantes é uma das maneiras de se interditar o corpo, impedindo seu desejo de mostrar quem realmente é. Como se fosse sempre necessário um laudo médico para que saiba se o que sente é realmente saudável, “o corpo que aparece nos textos e aulas é, por conseguinte, fragmentado e biomedicalizado” (SILVA, 2015, p. 1). Ao abordarem o chamado método da abstinência periódica, uma das obras apresenta o texto da Figura 2.

Figura 2: Texto do LD relativo ao método da abstinência periódica

Consiste em evitar relações sexuais durante o período fértil. Para isso, a mulher precisa descobrir quando ele ocorre (em geral 14 dias antes da menstruação). Como o ciclo pode variar, é necessário determinar o dia da ovulação pelo acompanhamento diário da temperatura corporal ao acordar e do aspecto da secreção vaginal. Na época da ovulação, a temperatura aumenta cerca de 0,5°C, e a secreção vaginal fica pegajosa, parecida com clara de ovo. Para não engravidar, a mulher deve ter relação sexual no mínimo 48 horas depois do dia da ovulação” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016, p. 173).

É possível a identificação do mesmo discurso na outra obra analisada, ao afirmar que “os hormônios femininos, em doses adequadas, podem agir impedindo a ovulação. Por isso, são os mais eficientes métodos anticoncepcionais reversíveis que existem até hoje, e sua indicação deve ser feita a critério médico” (LOPES; ROSSO, 2016, p. 20).

O enunciado não é imediatamente visível, nem inteiramente oculto. Assim, os excertos “para não engravidar, a mulher deve ter relação sexual no mínimo 48 horas depois do dia da ovulação” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016, p. 173) e “sua indicação deve ser feita a critério médico” (LOPES; ROSSO, 2016, p. 20), envolvem muito mais do que supõe uma coisa dita, colocam em jogo um conjunto de elementos discursivos. Nesses discursos está evidenciado o dispositivo da sexualidade de nossa época, trazendo à superfície significados relativos à responsabilização da mulher no que tange à contracepção. Fala-se aqui de um modo de existência da mulher, vinculando-a às funções reprodutivas, encerrando o “ser mulher” a um corpo, destinado a se reproduzir, o que está diretamente relacionado à reprodução de um padrão social em que homens não participam das decisões voltadas à procriação. Nesse processo de determinação do lugar da mulher no que tange aos aspectos reprodutivos, “[...] um investimento significativo é posto em ação, uma vez que as várias instâncias sociais, atuam nesse processo, desempenhando um papel importante nessa complexa rede que (con)forma e governa os nossos corpos e as nossas vidas” (RIBEIRO et al., 2017, p. 78).

Conclusão

Os saberes relativos aos métodos contraceptivos presentes nos livros didáticos de Biologia estão atrelados às relações de poder/saber, na medida em que verdades incontestáveis são colocadas na sociedade, compondo a cultura, em determinado tempo histórico. No debate aqui proposto, reconhecemos que o LD de Biologia auxilia nessa legitimação sobre o dispositivo da sexualidade, trazendo discursos cheios de verdades que se perpetuam e influenciam a construção de identidades.

Nos livros didáticos analisados, é evidente a associação entre sexualidade e reprodução humana, não havendo orientações ou problematizações acerca da necessária distinção e aproximação entre estes conceitos. É possível identificar, imbricada no discurso produzido acerca de todas as modalidades de métodos contraceptivos, a responsabilização feminina; nesse aspecto, com reforço do papel da medicina nesse processo de escolha, como se ao homem não fosse dada autorização para participar. Sendo o papel do homem na contracepção apagado no discurso presente no LD, os “não ditos” reverberam a determinação de papéis sociais para homens e mulheres previamente estabelecidos. Assim, “a feminilidade e a masculinidade não são constituídas propriamente pelas características biológicas. Mas, sim, por tudo que se diz ou representa a respeito destas características” (LOURO, 2001, p. 70).

Nesse sentido, quando a abordagem feita pelo LD se reduz a informações do campo biomédico, fixando padrões de normalidade “[...] terminam não cumprindo com a tarefa de apresentar a informação da ciência de forma complexa, nem contribuindo para modelos educativos calcados numa versão da ciência que também é política e interessada” (RIBEIRO, et al., 2017, p. 81). Assim, é fundamental que sejam implementadas ações na perspectiva de uma Educação para a Sexualidade como prática “[...] que visa a refletir, problematizar, desconstruir discursos considerados como ‘únicas’ possibilidades, evidenciando que os discursos são construções culturais e que suas formas de enunciação são capazes de produção de subjetividades” (XAVIER FILHA, 2009, p. 96-97).

Por fim, reiteramos que entendemos que o currículo, a escola e, por consequência, o livro didático, são territórios em que circulam narrativas e saberes sobre pessoas que participam da consolidação de discursos sobre a sexualidade. Desse modo, tem sido proposta, na contemporaneidade, uma educação para as sexualidades e o livro didático pode fazer reverberar outros modos de pensar os saberes sobre métodos contraceptivos;

modos que localizem os diversos sujeitos de seu uso e as diversas formas de expressão do gênero e da sexualidade.

Referências

AGAMBEN, G. **O que é um dispositivo?** Outra Travessia: Ilha de Santa Catarina, 2005, p.9-16.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Trad. Maria Thereza de ALBUQUERQUE, M. T. de; GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 18 ed. São Paulo: Graal, 2007.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987a.

_____. **Vigiar e punir:** o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987b.

_____. "Sobre a geografia". In: MACHADO, R. (Org.). **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 153-165.

FURLANI, J. Educação sexual: quando a articulação de múltiplos discursos possibilita sua inclusão curricular. **Perspectiva.** V. 26, n.1, 2008, p. 283-317.

LINHARES, S.; GEWANDSZNAJDER, F.; PACCA, H. **Biologia Hoje**. v. 1, 3. ed, São Paulo: Ática, 2016.

LOPES, S.; ROSSO, S. **Bio** v. 3, 3. ed, São Paulo: Saraiva, 2016.

LOURO, G. L. "Currículo, gênero e sexualidade: o 'normal', o 'diferente' e o 'excêntrico'". In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 43-53.

_____. Sexualidade e gênero na escola. In: BRAUN, M.C. (Org.). **A educação em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 69-73.

NAVARRO, P. Dispositivo da sexualidade, discurso da mídia e o corpo feminino. In: FERNANDES JÚNIOR, A.; SOUSA, K. M. (Org.) **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos na atualidade**. Goiânia: Letras do Cerrado, 2018. p. 173-196.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2010

RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C.; SILVA, E. P. DE Q.; VILAÇA, T. O ensino de Biologia e suas articulações com as questões de corpos, gêneros e sexualidades. **Bio-grafia. Escritos sobre la Biología y su enseñanza**. V. 9, n.16, 2017, p. 77-86.

SILVA, B. O. da; RIBEIRO, P. R. C. Sexualidade na sala de aula: tecendo aprendizagens a partir de um artefato pedagógico. **Estudos Feministas**. V. 19, n.2, 2011, p. 521-533.

SILVA, E. P. de Q. **Corpo e sexualidade: experiências em salas de aula de ciências**. **Revista Periódicus**, 2015.

_____. Sexualidade, gênero e corpo no contexto de políticas de educação no Brasil. **Suplemento Exedra**, 2014, p. 26-45.

SILVA, L. M. M.; SANTOS, S. P. Sexualidade e formação docente: representações de futuros professores/as de ciências e Biologia. In: **VIII Encontro**

Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas, SP, 2011.

XAVIER FILHA, C. "Educação para a sexualidade: carregar água na peneira?". In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: FURG, 2009. p. 85-103.